

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Microcrédito e empreendedorismo feminino. Chave para a superação das desigualdades no mundo do trabalho .

Géssika Cecília Carvalho da Silva.

Cita:

Géssika Cecília Carvalho da Silva (2009). *Microcrédito e empreendedorismo feminino. Chave para a superação das desigualdades no mundo do trabalho. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/565>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Microcrédito e empreendedorismo feminino

Chave para a superação das desigualdades no mundo do trabalho

Géssika Cecília Carvalho da Silva

*Mestre em Sociologia pela UFPE
gessikacecilia@hotmail.com*

Dentre as muitas mudanças observadas no mercado de trabalho do Brasil, a participação feminina é um fenômeno crescente e alvo de muitos estudos, uma vez que as mulheres têm enfrentado, ainda, muitas dificuldades para sua inserção, permanência e ascensão no mundo do trabalho. Partindo de afirmações do Ministério do Trabalho que apontam a mulher como maior tomador de empréstimos entre pequenos empreendedores no Brasil, este trabalho averigua se os programas de microcrédito e (da Agência do Crédito, do Banco do Povo e do Centro de Apoio ao Microempreendedor, em Recife) têm beneficiado a força de trabalho feminina nos critérios de geração de emprego e renda, formalização do trabalho, incentivo à auto-suficiência financeira e elevação da auto-estima/ sentimento de autonomia.

Perspectivas de gênero no trabalho

Um dos fatos mais importantes das últimas décadas foi o crescimento da participação das mulheres no trabalho. Tal entrada deve-se a fatores como a necessidade de complementação da renda familiar, como estratégia de sobrevivência e devido à transformação nos padrões familiares (de comportamento e nos valores concernentes ao papel da mulher).

No entanto, a inclusão da mão-de-obra feminina denota uma perspectiva histórica de barreiras impostas a essa inserção, como o poder exercido pelo marido (que impedia as mulheres de trabalharem, assegurado pelo Código Civil vigente - 1916) e a “divisão” imposta pela sexualização das ocupações (década de 50).

Na contemporaneidade, esta desigualdade se caracteriza por vários aspectos, como a maior taxa de desemprego estar concentrada entre as mulheres, a presença feminina em massa nos trabalhos vulneráveis e as diferenças de remuneração entre homens e mulheres. Segundo pesquisa da Confederação Sindical Internacional¹, as mulheres brasileiras recebem, em média, salários 34% inferiores aos dos homens. As mulheres também são mais passíveis de demissão e tendem a uma menor participação em sindicatos de trabalhadores e do patronato.

Este espaço de opressão ainda apresenta outras formas de exclusão, como a persistência do domínio das mulheres nas atividades menos valorizadas e em cargos mais baixos da hierarquia ocupacional. Além de existirem profissões que ainda se constituem redutos femininos, outras denotam discriminação ocupacional com a visão estereotipada de fragilidade.

Somam-se a isso fatores como a falta de incentivo familiar, a necessidade de conciliação com o trabalho doméstico e com o cuidado dos filhos (dupla jornada de trabalho). Sem contar a estreita relação entre o trabalho feminino e a informalidade. Conforme pesquisa do SEBRAE², 60% dos negócios informais no Brasil são chefiados por mulheres, já nas empresas formais os homens detêm 66% das chefias. Outro dado importante é que a maioria dos trabalhadores informais que desenvolvem suas atividades em domicílio é de mulheres - 82,8%; nos espaços públicos 70% são homens.

Políticas de emprego e microcrédito no Brasil

1 Estudo realizado pela Confederação Sindical Internacional e divulgado pela BBC no dia 05/03/2009.

2 BRAGA, Ana. Mulher recorre mais aos microcréditos. **Diário de Pernambuco**, Recife, Economia, 23 jul. 2006.

Como tentativa de diminuir ou superar os efeitos do desemprego, várias medidas têm sido elaboradas e colocadas em prática em todas as partes do mundo. Um dos exemplos de política estrutural é o microcrédito oferecido por “bancos” não-oficiais. Na linguagem financeira, microcrédito está relacionado a um pequeno empréstimo simplificado para que determinada pessoa possa utilizá-lo e depois restituí-lo ao dono; é um sistema cumulativo em que a partir do primeiro empréstimo e de sua quitação o usuário está habilitado para o recebimento de outros empréstimos e de valores gradativos.

O microcrédito é conhecido também como crédito produtivo orientado; produtivo por atender unicamente a atividades econômicas (de microempresas e pequenos empreendimentos informais) e orientado por contar com a visita e a avaliação do agente de crédito.

Segundo Silveira Filho³, são inegáveis os benefícios do microcrédito: acesso continuado ao crédito, com juros não tão elevados, o que possibilita o fortalecimento do negócio e o crescimento da renda das famílias. Logo, o microcrédito tem gerado impacto social de maneira positiva; em nível macro favorecendo o crescimento econômico sustentável e equitativo, e num nível micro trazendo oportunidades de desenvolvimento para os pequenos empreendedores.

Microcrédito: alternativa viável para a mão-de-obra feminina

Conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego, até 2007 as mulheres representavam mais da metade, 63,92%, dos clientes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil. Numa extensão mundial, dados obtidos na Cúpula Global de Microcrédito apontavam que até 2005, entre as 113 milhões de pessoas atendidas no sistema de microfinanças, 84,2% eram mulheres⁴.

Tais estatísticas também podem ser verificadas quando da observação do quantitativo de pequenos empréstimos realizados pelas mulheres no estado de Pernambuco. De acordo com Braga (2006),

“Instituições de microcrédito e bancos dão conta de percentuais ainda maiores a favor das mulheres. Pelo Programa Banco do Povo, da Prefeitura do Recife, elas são 86% dos tomadores de pequenos empréstimos (...). No Banco do Nordeste, único do sistema financeiro tradicional que tem uma linha exclusiva para esse segmento, 62,03%. No Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores de Pernambuco (Ceape/ PE), as mulheres representam 58% e na Agência do Crédito, 55%”.

3 SILVEIRA FILHO, Jaime. **Microcrédito na Região Metropolitana do Recife: Experiência Empreendedora do CEAPE.** Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

4 **Mulheres são maioria entre tomadores de microcrédito.** Disponível em <http://www.mtb.gov.br/sgcnoticia.asp?IdConteudoNoticia=480&PalavraChave=,icrocr%C3%A9dito%20pnmpo>. Acesso em janeiro de 2007.

Por este ângulo, a recorrência ao microcrédito funciona como um “amortecedor” da exclusão e da discriminação imposta às mulheres, pois estas têm sido as maiores beneficiadas pelo microcrédito em escala mundial.

Além dos benefícios do microcrédito no âmbito econômico - como uma estratégia de sobrevivência, possibilitando a geração de emprego e de renda - esta melhoria se concretiza também na esfera da subjetividade, através da elevação da auto-estima e da percepção de autonomia, independência e realização.

Conforme Doyal e Gough⁵, a autonomia é uma das necessidades básicas de todos os seres humanos; todas as pessoas têm direito a que suas necessidades sejam satisfeitas e cada sujeito social tem o dever e a responsabilidade de ajudar-se mutuamente para satisfazer às necessidades do outro.

Seguindo por linhas semelhantes, Marx aponta que as pessoas são potencialmente responsáveis por seu próprio destino, e que a história da humanidade pode ser transformada através da aplicação do melhor conhecimento disponível. Assim, através desta capacidade de mudança da condição humana, deve-se prosseguir no empenho de favorecer as mudanças que são as condições primordiais para a liberação humana: a satisfação das necessidades do maior número de indivíduos e no nível mais elevado possível.

Ainda na concepção marxista, “... a auto-realização é a efetivação e externalização plenas e livres dos poderes e capacidades do indivíduo” (Elster⁶). Destarte, na literatura sobre satisfação no trabalho é recorrente a interação entre o Eu e os outros na auto-realização; para que sejam satisfatórias as atividades precisam ser escolhidas e feitas de forma livre, bem como o indivíduo precisa do reconhecimento dos outros no tocante à avaliação e legitimação do seu trabalho e também para dar substância à sua auto-estima.

Por conseguinte, se a realização implica na interação do indivíduo com os demais através do reconhecimento do seu trabalho, e isto é o que legitima a auto-estima, convém notar que ainda existe um longo trabalho a ser feito no tocante a adjudicar às mulheres seu espaço por direito e enquanto sujeitos que estão vinculados por deveres morais recíprocos.

5 DOYAL, L.; GOUGH, I. O direito à satisfação das necessidades. **Lua nova**. São Paulo, n. 33, p. 97-121, 1994.

6 ELSTER, Jon. Auto-realização no trabalho e na política: a concepção marxista da boa vida. **Lua nova**. São Paulo, n. 25, p. 66, 1992.

Empreendedorismo feminino: características e peculiaridades

A concepção de empreendedorismo neste trabalho está relacionada à capacidade de tomar iniciativas com vistas a buscar soluções inovadoras para problemas econômicos ou sociais através de empreendimentos. Para Jeffrey Timmons⁷, “o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a Revolução Industrial foi para o século XX”.

Segundo dados do Global Entrepreneurship Monitor (GEM)⁸, a taxa de atividade empreendedora do povo brasileiro em 2007 ficou em torno de 12,7%, ou seja, praticamente 13 em cada 100 brasileiros adultos estão envolvidos em atividades empreendedoras.

Em 2007, o nível de empreendedorismo feminino ultrapassou o dos homens pela primeira vez no Brasil, estas ocupando o 7º lugar no ranking mundial como mais empreendedoras, com uma taxa de 12,71% (8 milhões, aproximadamente). Sendo assim, no mesmo ano, as mulheres brasileiras constituíam 52% dos empreendedores adultos no país, o que se apresenta como conquista e inversão histórica se comparado com dados de 2001, em que os homens respondiam por 71% destes contra 29% das mulheres⁹.

Apesar desse significativo crescimento entre os anos de 2001 a 2007, o principal motivador para a mulher iniciar um empreendimento é a necessidade, para 63% delas, enquanto que para os homens que empreendem por necessidade esse percentual é somente de 38%. Já no que concerne a empreender por oportunidade, o percentual de homens que o fazem é de 54%, e o de mulheres, 46%. Ainda complementando este quadro paradoxal para as mulheres, precisa-se levar em consideração a alta taxa de fracasso/ mortalidade (e relativamente cedo) dos empreendimentos.

Outro aspecto a ser destacado pelo estudo do GEM é que as brasileiras lideram nos empreendimentos de estágio nascente (53%) e nos empreendimentos novos (52%), contudo o percentual nos empreendimentos já estabelecidos é bem inferior ao dos homens (38%). Isto pode representar a dificuldade da mulher se estabelecer como empreendedora ou ainda que os novos empreendimentos não tiveram tempo para consolidar-se no mercado.

Para Nan Langowitz, diretora do centro para a liderança feminina do Babson College¹⁰, a mulher empreendedora tem características diferentes do homem que empreende. Para ela, os homens

7 Ver DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

8 Criado em 1999, o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) é o maior estudo independente do mundo sobre a atividade empreendedora.

9 **Mulheres empreendem mais no Brasil**. Disponível em <http://www.gembrasil.org.br/home/pag=detalheDestaque&id=6&PHPSESSID=c84af5e6e21d1fd8c80aa55ddf109047>. Acesso em março de 2009.

10 **O espírito empreendedor feminino**. Disponível em http://www.administradores.com.br/artigos/o_espirito_empreendedor_feminino/25276. Acesso em março de 2009.

demonstram hierarquia no controle e na chefia, tomando decisões de forma pessoal sem precisar ouvir outras opiniões; já a mulher apresenta um estilo mais colaborativo, onde o processo de tomada de decisão é mais aberto e participativo.

Pelo fato de precisarem desempenhar múltiplos papéis na esfera social (versatilidade), as mulheres possuem uma facilidade maior para estabelecer relações e delegarem poder, gerenciam melhor as emoções, têm capacidade de improvisar e senso conciliatório, analisam as pessoas como prováveis parceiras e não necessariamente como oponentes, são mais dedicadas e comprometidas. Além disso, apresentam um espírito cooperativo, em oposição aos processos competitivos; trabalhando com sentimento e intuição (já os homens utilizam mais a racionalidade e a objetividade).

Contudo, mesmo com as características positivas das mulheres que as tornam “aptas” ao empreendedorismo, existem dificuldades no que concerne à conciliação com o trabalho familiar, à falta de apoio da família, ao descrédito dos clientes e fornecedores, ao estereótipo para cargos e funções tipicamente femininas, à tentativa de desmistificar que as empresas criadas por mulheres não trazem boa rentabilidade e de que as mulheres só alcançam cargos de liderança nas empresas quando os herdam de seus pais ou maridos.

Beneficiárias de microcréditos: estudo das mulheres atendidas pela Agência do Crédito, pelo Banco do Povo e pelo Centro de Apoio ao Microempreendedor

Como a facilidade de acesso ao microcrédito contrasta com a burocracia dos bancos oficiais, paralelamente também se torna mais simples para as mulheres de qualquer nível de escolaridade serem contempladas com o empréstimo. Tal aspecto pôde ser observado neste estudo, uma vez que são bastante diferentes os níveis de escolaridade das mulheres pesquisadas.

Considerando-se o tipo de negócio que a maioria das mulheres empreendem observa-se a permanência das mulheres em profissões consideradas femininas. Porém, nota-se também o “tímido” enveredar das mulheres por ocupações que se constituem redutos masculinos. Tal divisão confirma e dá continuidade à sexualização das ocupações, constituindo-se como um obstáculo para uma maior emancipação das mulheres e ruptura de espaços legitimados como destinados aos homens.

O tempo de existência dos empreendimentos varia entre três e 17 anos, o que demonstra a positividade de tais negócios. Contudo, mais da metade dos negócios ainda são informais. Quanto aos motivos para a não formalização dos empreendimentos, se encontram a quantidade de

impostos, as exigências de um contrato formal e ainda por considerarem que a renda conseguida com o funcionamento do negócio não permite custear os encargos da formalização.

Quanto aos motivos ou impulso para o empreendedorismo, foram notificados a vontade de ter seu próprio negócio, o casamento ou decisão do marido, o cuidado com os filhos, a necessidade de trabalhar por si mesma e o desemprego associado à dificuldade de arranjar outro emprego.

Já com relação ao interesse no crédito e sua aplicação, a maioria apontou a necessidade de melhorar seu negócio através da compra de mercadoria ou de equipamentos relacionados ao empreendimento; embora algumas delas admitiram que já utilizaram parte do crédito para interesses pessoais. Ainda com relação ao microcrédito, a quantidade de empréstimos tomados varia entre um e 12 por pessoa.

Dentre os muitos pontos positivos mencionados quando da recorrência ao microcrédito, como a facilidade de acesso e a pouca burocracia, está também o favorecimento da entrada no mundo do trabalho (mesmo de quem nunca havia trabalhado antes e numa faixa de idade avançada) e da reinserção daquelas que encontravam dificuldades para voltar ao mercado.

Nesta perspectiva, constata-se que de fato o microcrédito tem cumprido seu objetivo de ser uma alternativa de geração de emprego e renda e de propiciar a inserção no mercado, não pelo ângulo da competitividade, traço comum da sociedade moderna, mas no “estímulo à capacidade empreendedora e à busca da auto-sustentação” (Azeredo, 1998¹¹). Sem dúvida, todas as entrevistadas apontaram a importância ímpar do crédito para alcançarem o sucesso dos empreendimentos ou simplesmente a sobrevivência no mundo injusto e desigual do trabalho.

Apesar dos aspectos positivos destes programas para as beneficiárias, no tocante ao mercado de trabalho, nota-se a dificuldade para a permanência das mesmas pela necessidade de conciliação do trabalho doméstico com o trabalho na esfera pública. A maioria das beneficiárias, mesmo sendo casadas (ou vivendo com companheiro) e tendo filhos, precisam também continuar com suas atividades ocupacionais no âmbito público - mesmo que este seja nas dependências de sua residência, o que é uma característica marcante dos negócios informais chefiados por mulheres.

Por outro lado, o ser proprietária do empreendimento favorece uma maior flexibilidade de horários e de acordar a dupla jornada de trabalho, uma vez que são inexistentes os empecilhos colocados pelas empresas a quem deveriam satisfação quando do risco de

11 AZEREDO, Beatriz. **Políticas públicas de emprego**: a experiência brasileira. São Paulo: Coleção Teses e Pesquisas - ABET, p. 271, 1998.

engravidarem ou da necessidade de creches, por exemplo, onde pudessem deixar os filhos no horário de trabalho.

Sem exceção, todas as beneficiárias revelaram em suas falas o sentimento de autonomia no tocante a ter seu próprio negócio, traduzindo em palavras a realização com as conquistas, o sentir-se produtiva, a satisfação e a independência quando questionadas como se sentem diante da situação atual.

Várias mudanças foram apontadas e observadas após a tomada do empréstimo e sua aplicação no empreendimento. Além da melhoria no tocante à qualidade de vida e aumento de renda, estão também a satisfação com a possibilidade de exercer um papel importante na sociedade como trabalhador e sujeito produtivo. Para as informantes, terem conseguido chegar onde estão agora é uma conquista, como se fosse algo superior ao nível que poderiam chegar. Tal visão pode ser considerada como uma perpetuação dos valores patriarcais, onde as mulheres deveriam ser submissas e permanecerem fadadas ao seu papel de reprodutoras e responsáveis pelo trabalho no âmbito doméstico. Encarar como uma conquista demonstra a não familiaridade com a possibilidade de chegada e ascensão da mulher ao mundo do trabalho.

Conclusões

São inegáveis as mudanças que o microcrédito trouxe para a sociedade, sobretudo, para as mulheres. Contrastando com as exigências dos bancos oficiais, o microcrédito tem se mostrado uma alternativa viável por utilizar formas não-convencionais de garantia, relações de confiança e o acompanhamento do negócio; propiciando um grande impacto social positivo no incentivo à auto-sustentação e ao empreendedorismo.

Os resultados obtidos na pesquisa sugerem que o microcrédito beneficiou as mulheres não somente na geração de renda e no estímulo à capacidade empreendedora, como é o seu objetivo. Além de ser positivo de forma concreta, o financiamento alcança a subjetividade destes atores sociais, no caso estudado as mulheres, despertando sentimentos de autonomia, independência e auto-suficiência.

Embora a amostra selecionada para este estudo não seja representativa, considerando-se as beneficiárias desta estratégia de sobrevivência em todo o país, os dados obtidos na pesquisa são compatíveis com as estatísticas apontadas por pesquisas importantes e com respaldo de âmbito mundial. Como exemplos disso, tem-se que a maioria dos negócios funciona de forma não

legalizada, as mulheres não contratam funcionários nem têm sócios, os negócios funcionam na própria residência e o tempo de existência deles é bastante razoável.

Dado o caráter qualitativo da pesquisa foi possível uma maior aproximação do objeto, percebendo-se peculiaridades que os dados estatísticos não evidenciam, como o anseio de realização e satisfação pessoal e profissional; também a necessidade de sobrevivência e desejo de garantir a qualidade de vida familiar. Sendo assim, a realização de alguma atividade e o próprio ato de trabalhar lhes confere a satisfação destas necessidades, e nesta perspectiva o microcrédito pode viabilizá-la.

Observando o que relatam as informantes fica evidente que estas encontram no microcrédito uma chave para a lucratividade nos âmbitos econômico, social, cultural e psicológico. Quanto ao econômico, na geração de renda e estabilidade financeira. No social, como um meio de emancipação e de ruptura das situações de discriminação. No aspecto cultural, na tentativa de romper com a ideologia de dominância masculina. Por fim, psicologicamente, através da elevação da auto-estima e do sentir-se produtiva.

Esta percepção de benefício não passa tanto pela formalização do empreendimento, embora esta seja preocupação da maioria das entrevistadas. Está na capacidade de suprir as necessidades de manutenção da renda familiar e assegurar um padrão de vida digno, ou como complementação desta renda. Neste sentido, a família tem papel fundamental em todo este processo: no de formação e aquisição dos valores, e no de ser também o ponto fundamental para a busca de trabalho da mulher - pois a maioria delas tem filhos que necessitam de cuidados em todos os campos, inclusive no econômico.

Sendo assim, o microcrédito tem servido como um “amortecedor” da exclusão e discriminação com as mulheres, uma vez que estas são a maioria dos tomadores de pequenos empréstimos em escala mundial, estão conseguindo garantir renda e obtendo lucro “subjetivo”, e aos poucos também alcançam espaço em ocupações consideradas como redutos masculinos. Além disso, tem promovido satisfação e autonomia, contribuindo para o exercício dos direitos inerentes a todos os seres humanos e para a edificação de uma sociedade menos injusta e desigual principalmente nos aspectos de gênero.